

-----ATA Nº 1/2017-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO GRÊMIO DE INSTRUÇÃO E RECREIO: Aos onze dias do mês de Março do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Geral do Grémio de Instrução e Recreio, nas instalações do restaurante-escola do Jardim Público da Pampilhosa, cuja mesa foi constituída pelo seu presidente; Carlos Alberto da Costa Cabral, secretariada por Maria Isabel Cristina Pires e Artur Filipe Cristina Agante Silva, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1- **Apreciação e votação do Relatório e Contas do exercício de dois mil e dezasseis e parecer do Conselho Fiscal.**-----
- 2- **Plano de ação da Direção e Orçamento para dois mil e dezassete.**-----
- 3- **Informações.**-----

Na folha de presenças, verifica-se que se encontram inscritos trinta e quatro sócios. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, abriu a sessão cumprimentando os presentes, passando de seguida à análise do ponto 1.-----

Apreciação e votação do Relatório e Contas do exercício de dois mil e dezasseis e parecer do Conselho Fiscal.-----

Deu a palavra à Presidente da Direção, Ana Maria Cristina Pires, que esclareceu que o documento em apreciação era da responsabilidade da Direção mas tinha sido elaborado pelo vice-presidente Mário Rui de Abreu Cunha, delegando nele a apresentação.-----

Mário Rui de Abreu Cunha congratulou-se com a significativa participação de sócios, nesta assembleia. De seguida passou a ler o relatório que se transcreve:-----

Na ausência do relatório de atividades, que devia ter sido entregue pela Direção cessante, referente ao período do seu mandato, entendeu a atual Direção apresentar o presente Relatório de Atividades, dividido em duas partes, correspondendo cada uma delas, ao período da gestão de cada executivo (01-01-2016 a 03-12-2016) e (04-12-2016 a 31-12-2016).-----

ATIVIDADE DE 2016 - Considerações gerais - Empreitada de reabilitação do Cine-teatro:-----

Considerando que no período em apreciação, as obras se desenvolvem a um ritmo, que não permitiu assegurar o seu término na parte contratualizada com o Estado, nas datas oficializadas pela Direção cessante, junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, primeiramente em Julho, depois em Dezembro. Colocou a associação em risco, não só de perder o recebimento da última tranche correspondente a 15% (€62.806,29) do financiamento do Estado, mas também na

possibilidade da eventual devolução de todo o financiamento recebido, no valor de €355.901,00.-----

Considerando que nas pastas de correspondência que nos foram entregues e em atas de reunião da Direção, não se vislumbram quaisquer documentos ou decisões, que confirmem as medidas tomadas pela Direção cessante, no sentido de assegurar da parte do empreiteiro, a entrega dos trabalhos contratualizados, na data acima indicada.-----

Considerando que o reforço da participação da obra por parte do atual Executivo Municipal, no montante de €150.000,00, que dependia de Protocolo entre as partes, que veio a ser assinado em Outubro de 2016. Ficou praticamente assegurado desta forma, o financiamento para conclusão da empreitada, englobando a parte não elegível (fora do financiamento do Estado), compreendendo os capítulos: equipamento móvel; eletricidade e cénico, bem como o contrato adicional, ainda não assinado, mas necessário à realização de um conjunto de obras, impostas por disposições legais obrigatórias para o licenciamento.-----

Podemos concluir, que o regular andamento das obras e a sua finalização, na parte contratualizada e financiada pelo Estado, nunca estiveram comprometidos por falta de recursos financeiros. A provar, estão os saldos bancários superiores aos valores correspondentes aos trabalhos a executar. Desta forma, foram transferidas para a atual Direção, responsabilidades que cabem à gestão da Direção cessante.-----

ATIVIDADE - Vigência da Direção cessante (01-01-2016 a 3-12-2016).-----

Na ausência de relatório ou de outros documentos que espelhem a atividade da Direção cessante, dá-se conta de forma sumária, das principais decisões exaradas em ata, tomadas em 3 reuniões, realizadas no período de 11 meses.-----

Reunião de 3 de Março.-----

- Apreciou-se o relatório de contas de 2015.-----

- Analisou-se a convocatória da Assembleia Geral para o dia 12 de Março.-----

- Admitiu-se 1 (um) novo sócio.-----

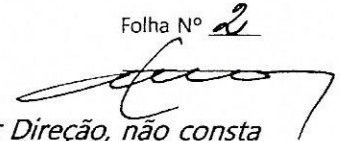
Reunião de 22 de Julho:-----

- Admissão de 32 (trinta e dois) novos sócios.-----

- Análise da justificação da convocatória feita pelo Presidente da Mesa para Assembleia Geral Extraordinária de 23 de Abril.-----

- Análise da convocatória feita pelo Presidente da Mesa para a Assembleia Geral Extraordinária marcada para o dia 29 de Julho, sua contestação e decisão de convocar nova Assembleia Geral Extraordinária para o dia 2 de Setembro. -----

- Pedido de parecer jurídico ao Dr. Amaro da Luz. -----



Nota: na documentação/correspondência entregue pela anterior Direção, não consta qualquer parecer jurídico.-----

Reunião de 20 de Outubro:-----

- Admissão de 7 (sete) novos sócios.-----

- Informação sobre a aprovação das alterações ao Protocolo de Cooperação, pela Câmara Municipal, apresentadas pela Comissão nomeada para o efeito, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária de 2 de Setembro.-----

- informação da necessidade de se estabelecer um contrato adicional com o empreiteiro, para acabar a obra de reabilitação do Cine-Teatro, ficando o fiscal da obra, Sr. Eng. Rui Dias da Câmara Municipal da Mealhada, de apresentar os valores do mesma.-----

ATIVIDADE - Vigência da atual direção (03-12-2016 a 31-12-2016).-----

A Direção tomou posse no dia 3 de Dezembro, e efetuou 3 reuniões no espaço de 20 dias.-----

A atividade da Direção neste período, desenvolveu-se com um conjunto de reuniões, de sua iniciativa, com o executivo Municipal, fiscalização da obra e empreiteiro, tendentes a conhecer a real situação da associação no que diz respeito à obra de reabilitação do Cine-Teatro. -----

Face aos constrangimentos encontrados; prazos ultrapassados, necessidade de validar equipamentos cénicos propostos, empreitada adicional, e pela complexidade das decisões a tomar, entendeu-se pedir ajuda a um especialista, com larga experiência na área cénica, para assessorar as decisões da Direção. Os erros na arquitetura cénica que nos são reportados, são evidentes e passíveis de comprometer a melhor utilização futura do espaço. Tomam-se medidas para quantificar e viabilizar a correção de algumas situações, e deu-se conhecimento ao Presidente da Câmara que, disponibilizou os serviços técnicos da Autarquia, para ajudar nas soluções.-----

Tomou-se conhecimento da continuidade da prestação de serviços no âmbito da Coordenação dos Serviços de Saúde e do Trabalho, sem suporte contratual desde Setembro de 2009, decidiu-se regularizar a situação, contatando para o efeito a técnica responsável, para apresentar de uma proposta para continuidade dos seus serviços.-----

Tomou-se conhecimento da documentação entregue pela Direção cessante, relação de pastas numeradas e classificadas, entregues em 7/12/2016. -----

Foi validada toda a documentação contabilística, saldos bancários e caixa, conferindo com o balancete apresentado a 3 de Dezembro. -----

Foram efetuadas as necessárias regularizações nas finanças e bancos, no que diz respeito à titularidade dos novos dirigentes.-----

Relativamente à situação da cobrança de quotas, entregue pela Direção cessante, verificou-se que não foram cobradas algumas joias e quotas dos anos de 2014 e 2015 e apenas foi cobrada, a um sócio as quotas de 2016, pelo que a atual direção, no espaço de 15 dias efetuou a cobrança de cerca de 90% das quotas em falta.-----

Relativamente a património móvel, não foi entregue qualquer lista pela Direção cessante. Efetuaram-se esforços, com resultados positivos, que confirmam e salvaguardam a existência de; máquina de projetar 35mm e acessórios, que se encontra no Cine Teatro Messias, cadeiras centenárias da plateia que foram, nos anos noventa, cedidas ao Museu Nacional da Ciência e da Técnica e agora à guarda do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, já foram identificadas e vão ser devolvidas oportunamente.-----

Do restante equipamento móvel, apenas se conseguiu dar conta das restantes cadeiras de plateia, que colocadas nos estaleiros da Câmara Municipal da Mealhada se encontram em estado de degradação evidente, pelo que se decidiu disponibilizar as mesmas a todas as associações da freguesia e do concelho sob o controle do Executivo Municipal. Deste equipamento apenas fica, um grupo de 4 cadeiras com estrutura de ferro para memória futura.-----

Formaram-se equipas, com elementos de todos os corpos sociais para se ocuparem das diversas áreas de trabalho: património/contabilidade; atividade/programação; regulamentação/organização; edifício/obra; fiscalidade/licenciamentos; website/Imagem (logotipo).-----

O arquivo administrativo começou a ser organizado de forma a facilitar a sua consulta. Foram estabelecidos procedimentos para a gestão/organização – registo correspondência, impressos, procedimentos e rotinas de controlo.-----

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, anunciou o período de intervenção dos sócios, dando a palavra o sócio Eduardo Alfredo Reis Mota que expressou a opinião de que esta Associação deveria ter merecido mais responsabilidade e mais cuidado por parte dos anteriores corpos gerentes. Fala em "demissão total de responsabilidades e evidencia uma visão muito redutora e limitada" da existência e vida deste organismo. Pergunta se não haverá lugar a pedir responsabilidades.-----

Ana Maria Cristina Pires afirma a seguir que não emite opinião sobre o passado e o que interessa é mais o futuro e não tanto aquilo que já passou, pelo que há que olhar em frente. Congratula-se igualmente com a actual solidariedade e presença



efectiva dos sócios. Promete clareza nas contas, na divulgação de actividades e no funcionamento correto da instituição.-----

Fernando Marinheiro pediu a palavra para afirmar que subscreve a intervenção da Ana e refere que a anterior direcção trabalhou embora que sem grande eficácia.----

O sócio Nuno Manuel Assis questionou da necessidade se contratar um contabilista para se poder ter uma contabilidade organizada ao que Mário Rui de Abreu Cunha respondeu, não estarem as associações obrigadas a este tipo de contabilidade e de que no momento esta não se justifica pelos custos relacionados. No futuro, caso se venha a justificar, esta deve ser implementada. As questões de fiscalidade serão resolvidas pontualmente quando surgirem, e se necessário, pode sempre recorrer-se a um TOC – Técnico Oficial e Contas, para entrega de documentos que assim o exijam. -----

Referiu também que a Associação nunca solicitou o regime de utilidade pública, pelo que, o deve fazer quanto antes, dados os benefícios fiscais daí decorrentes, como é o caso do IMI - Imposto Municipal sobre Imoveis. Para além disso, poderá vir a beneficiar de uma percentagem de IRS que os contribuintes declarem a favor da associação. Informou igualmente que o Presidente da Câmara Municipal, em reunião de apresentação dos novos dirigentes, se mostrou-se disponível para ajudar no que se refere ao IMI.-----

Pediu de novo a palavra, o senhor Eduardo Alfredo Reis Mota para, em tom irónico, propor um voto de louvor à anterior direcção. No entanto frisou que subscreve a vontade de "ir em frente" e deseja um óptimo futuro para o Grémio de Instrução e Recreio.-----

Seguidamente, dada a ausência do tesoureiro António Joaquim de Almeida Teixeira Campos, o vice-presidente procedeu à apresentação das Contas do exercício do ano de dois mil e dezasseis e à leitura do Parecer do Conselho Fiscal.-----

A conta de dois mil e dezasseis, apresenta um total de receitas de cento e vinte oito mil, quinhentos e dez euros e quarenta e dois cêntimos, que inclui cento e vinte seis mil, setecentos e noventa euros e noventa e dois cêntimos de saldo transitado do ano de dois mil e quinze. Apresenta igualmente um total de despesas no montante de, sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco euros e trinta e um cêntimos, transitando para o ano de dois mil e dezassete um saldo de cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos. -----

Seguidamente, leu o Parecer do Conselho Fiscal que se transcreve:-----

1. *Nos termos das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal apresentar o parecer sobre os documentos de prestação de contas que lhe foram entregues pela Direção do Grémio de Instrução e Recreio, relativas ao ano de 2016. Através do Balancete de prestação de contas de 2016, são evidenciadas um saldo a transitar para o ano de 2017 no montante de 59.454,79 Euros.*-----
2. *O Conselho Fiscal acompanhou de perto a atividade da Direção e obteve sempre os documentos e esclarecimentos necessários.*-----
3. *No cumprimento da sua ação, o Conselho Fiscal procedeu à análise dos documentos apresentados e verificou que satisfazem os preceitos legais aplicáveis.*-----
4. *O Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou deliberação que fosse contrária às normas vigentes.*-----
5. *Assim, é parecer do Conselho Fiscal que sejam aprovadas as contas referentes ao exercício de 2016.*-----

Após a leitura, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, abriu a possibilidade de intervenção dos sócios, que, não havendo inscritos, colocou à votação os três documentos, que foram aprovados por unanimidade.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos jurídicos imediatos.

Seguidamente passou-se ao ponto dois da Convocatória: -----

Plano de Ação da Direção e Orçamento para dois mil e dezassete.-----

Tomou a palavra o vice-presidente Mário Rui de Abreu Cunha, que apresentou o Plano de Atividades e o Orçamento Previsional para o ano de 2017.

O Plano de atividades para 2017, que gostaríamos de estar a apresentar nesta Assembleia, encontra-se em larga medida dependente da utilização do Cine-Teatro, portanto, da data de conclusão das obras, e assim, se poderem colocar em prática as "Linhas Orientadoras do Plano de Atividades", já apresentadas aos sócios, em documento que acompanhou a nossa proposta de Protocolo de Cooperação com a Câmara Municipal da Mealhada, que anexamos.-----

No entanto, há um conjunto de atividades a levar a efeito, que destacamos:-----

Como primeira prioridade, colocamos o Auto de Receção Provisória da obra, para que desta forma se encerre o processo de financiamento do Estado. -----

Respondendo a uma nossa exigência, já temos em nosso poder, um cronograma entregue pelo empreiteiro para conclusão da obra, na sua componente elegível do



contrato assinado com o Estado, que iremos acompanhar com a fiscalização da Câmara Municipal da Mealhada, e assim, assegurar que esteja concluída em meados de Abril.-----

Ao mesmo tempo, conhecedores das dificuldades que se nos apresentam no momento, tudo faremos para que a conclusão da empreitada geral, se verifique no decorrer do presente ano, se não for antes, perto da data da sua inauguração em 1908, ou seja finais de Agosto.-----

Para tal, temos que iniciar e concluir um conjunto de iniciativas, como a regularização da implantação do edifício, área coberta e descoberta, que já iniciámos junto das Finanças, faltando concretizar um segundo passo, que é a regularização junto da Conservatória do Registo Predial.-----

A reformulação dos projetos que estejam caducados e o licenciamento da obra é outra das prioridades.-----

No âmbito das celebrações dos 111 anos do Grémio de Instrução e Recreio, a levar a efeito durante este ano, está prevista a realização de uma exposição, que vai estar patente no salão da Junta de Freguesia, evidenciando factos, documentos, personalidades e datas mais importantes da sua história.-----

Outro dos objetivos traçados para 2017, é a reformulação dos Estatutos, tornando-os mais flexíveis e adequados à realidade presente, e ao mesmo tempo, a elaboração dos necessários Regulamentos, peças fundamentais para regular a atividade futura da associação.-----

A necessidade de um espaço que não foi contemplado na reabilitação do Cine-Teatro, como seja, uma sala de reuniões e arquivo, com a segurança e privacidade adequadas, será uma preocupação que vai merecer a nossa atenção na procura de uma solução adequada.-----

Já foram feitos contatos com a Junta de Freguesia para disponibilização de espaço na Escola Tomaz da Cruz, para temporariamente, guardar o espólio documental e equipamentos do Grémio de Instrução e Recreio.-----

A realização de campanhas regulares de angariação de novos sócios, vai estar presente igualmente ao longo deste ano.-----

A manutenção e melhoramento do site, será uma preocupação constante, para uma adequada e atempada divulgação de toda a atividade da associação que se pretende, seja o mais transparente possível.-----

A salvaguarda do riquíssimo espólio documental do Grémio, impõe uma atenção especial à Direção, está previsto efetuar contatos com a Câmara Municipal da Mealhada, para que mediante protocolo, o mesmo seja colocado à guarda do Arquivo

Municipal, onde encontrarão as condições necessárias, de segurança, controle de temperatura e humidade que se exigem ao suporte em papel.-----

Já começaram a ser estabelecidos contatos com associações congéneres, grupos de teatro, cineclubes, etc., tendo em vista recolher um conjunto de informações úteis à programação futura e ao mesmo tempo angariar parceiros para a sua concretização.

O presente Plano de Atividades é um documento aberto, pelo que todas as ações que possam surgir no âmbito do objeto estatutário, serão adicionadas à atividade e terão da parte desta Direção o maior empenho na sua concretização.-----

Seguidamente o vice-presidente Mário Rui de Abreu Cunha apresentou o Orçamento para o ano de dois mil e dezassete, que nas sua componente; receitas e despesas, apresentam um total no valor de duzentos e setenta e seis mil, novecentos e cinco euros e oitenta cêntimos.-----

Sobre o Plano de Atividades para dois mil e dezassete, tomou a palavra a presidente da Direção, Ana Maria Cristina Pires, que vincoou os três eixos de acção para o futuro: acompanhamento e conclusão das obras; redefinir os Estatutos da Associação e fazer os Regulamentos internos previstos mas nunca elaborados, tratar das parcerias e das redes que o Grémio de Instrução e Recreio deve integrar. Sobre a revisão dos Estatutos falou da necessidade de se clarificar melhor o objectivo da Associação, pois, para aproveitar apoios existentes no Ministério da Cultura, torna-se imperativo que a promoção e divulgação do "cinema", conste, claramente, como objectivo estatutário. Chamou também a atenção para o trabalho de bastidores que é necessário e que, embora não visível, existe na realidade e se desenvolve permanentemente, principalmente o trabalho de instituir e criar parcerias e inserção em redes tendo em vista o trabalho e atividades futuras.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte dos sócios, o Presidente da Mesa colocou à votação o Plano de Atividades e o Orçamento para dois mil e dezassete, que foram aprovados por unanimidade.-----

A presente deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos jurídicos imediatos.-----

Seguidamente passou-se ao ponto três da Convocatória: -----

Informações.-----

A presidente da Direção Ana Maria Cristina Pires esclareceu que o processo das obras se apresentou mais complexo do que seria de esperar mas que, em síntese, há a considerar a existência de uma empreitada, na qual se podem considerar duas leituras. Com efeito, o total da empreitada compreende a reabilitação do edifício e o seu equipamento. Para efeitos de financiamento do Estado Central (via DGOT-DU) só



entra na despesa elegível a componente de construção, ficando o equipamento fora da comparticipação. Para se receber a última tranche, correspondente a 15% do total da comparticipação (cerca de 63.000 euros) há que apresentar um "Auto de Receção Provisória" a ser assinado pelo empreiteiro e pelo fiscal da obra. Ao fim de mais de dois meses, em que insistentemente se pediu uma data, o empreiteiro respondeu à nossa solicitação e deu como data final, da obra contratualizada com o Estado, o próximo dia 12 de Abril. Nessa ocasião, poderá ser assinado o referido "Auto de Receção Provisória", que irá permitir o pagamento da última tranche pelo Estado mas, sobretudo, evitar que se tenha que devolver os 355.000 euros, entretanto, recebidos.-----

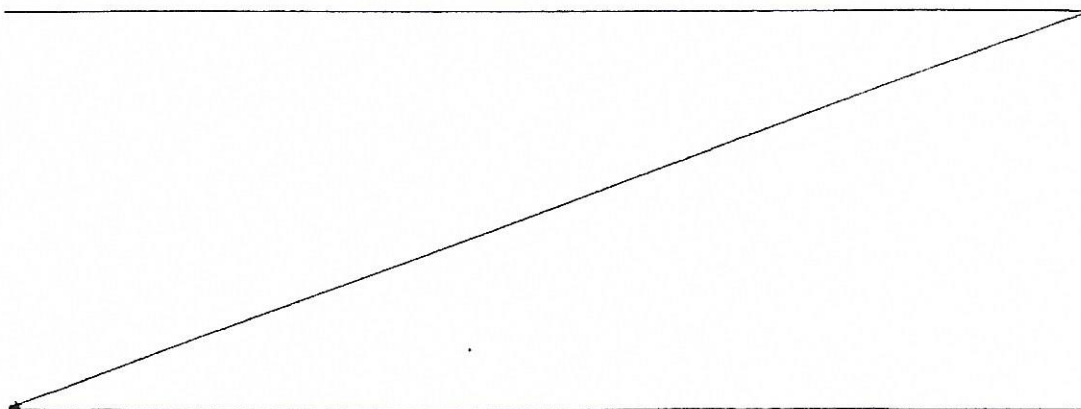
Informou igualmente, que com o apoio do Engº João Aidos, que tem vindo a assessorar a Direção, será apresentada uma proposta de equipamento cénico, nas suas vertentes de equipamento de som e de luz e de mobiliário do recinto de espectáculos. -----

Devido às características da candidatura, e ao facto de se encontrar quase esgotada a possibilidade de apresentarem "trabalhos a mais" não vai ser possível emendar e resolver alguns problemas entretanto detectados. Só depois do processo encerrado, quer com o Estado, quer com o empreiteiro, vai ser possível enfrentar e resolver esses problemas.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos elementos da Mesa.

Caro, Antónia de Sousa
Maria Inês Cristina Pais

António Sérgio António Aguiar da Silva



-----ATA Nº 2/2017-----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO GRÉMIO DE INSTRUÇÃO

E RECREIO: Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Geral do Grémio de Instrução e Recreio, nas instalações da antiga Pré-Primária na Rua do Lagar (junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários da Pampilhosa), cuja mesa foi constituída pelo seu presidente; Carlos Alberto da Costa Cabral, a vice-presidente Maria Isabel Cristina Pires e o secretário Artur Filipe Cristina Agante Silva, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1- **Aprovação da ata da reunião anterior da Assembleia Geral (11/3/2017).**--
- 2- **Deliberação sobre registo de retificação de áreas na Conservatória do Registo Predial referentes ao prédio propriedade do Grémio de Instrução e Recreio, descrito sob o nº 2406 da freguesia de Pampilhosa e conceder poderes para o ato a dois membros da direção.**-----
- 3- **Informações.**-----

Na folha de presenças, verifica-se que se encontram inscritos 17 (dezassete) sócios. - Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelas 21 horas, deu-se início à mesma, com à análise do ponto um:-----

Aprovação da ata da reunião anterior da Assembleia Geral (11/3/2017).-----

A Assembleia Geral deliberou por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária de 11/03/2017, após se ter procedido à sua leitura.-----

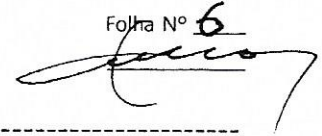
Seguidamente, passou-se ao ponto dois: -----

Deliberação sobre registo de retificação de áreas na Conservatória do Registo Predial referentes ao prédio propriedade do Grémio de Instrução e Recreio, descrito sob o nº 2406, da freguesia de Pampilhosa e conceder poderes para o ato a dois membros da direção.-----

A Assembleia Geral deliberou por unanimidade, mandar a presidente da Direção, Ana Maria Cristina Pires e o vice-presidente Mário Rui de Abreu Cunha, com poderes para retificar, junto da Conservatória do Registo Predial, o registo do prédio urbano, descrito sob o número 2406 (dois mil quatrocentos e seis) da freguesia de Pampilhosa, concelho de Mealhada, no sentido de que a área do prédio é de 637m² (seiscentos e trinta e sete metros quadrados), com área coberta de 434,20m² (quatrocentos e trinta e quatro metros quadrados, e vinte) e área descoberta de 202,80m² (duzentos e dois metros quadrados, e oitenta). A divergência deve-se a erro de medição, pois o prédio não teve qualquer alteração na sua configuração e o mesmo sempre teve área descoberta.-----

ASSEMBLEIA GERAL

Folha Nº 6



Seguidamente, passou-se ao ponto três: -----

Informações.-----

O presidente da Mesa da Assembleia, informou que os verdadeiros estatutos da associação foram localizados no notário da Mealhada e são mais simples do que os que julgávamos em vigor. -----

A presidente da Direção informou que quanto às obras, o empreiteiro prometeu a conclusão da parte contratualizada com o Estado para 12 do corrente, mas mais uma vez não cumpriu e informou que existem divergências entre o fiscal da obra Eng. Rui Dias da Câmara Municipal da Mealhada e o empreiteiro – Construcentro. E que ontem dia 20 em reunião na Câmara Municipal com a Direção, empreiteiro e fiscal da obra foi apontado o final de Maio próximo para conclusão dos trabalhos contratualizados com o Estado.-----

Mais informou, que a Direção chegou à conclusão que se tem de criar um cineclube, como associação à parte, para tratar da valência cinema com apoios específicos, mas que tudo vai ser analisado e ponderado.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, vai ser assinada pelos elementos da Mesa da Assembleia Geral.-----

Carlos Alberto de Aguiar

Maria Inês Cristina Pires

Miguel Filipe Cristina Aguiar de Jesus

-----ATA Nº 3/2017-----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DO GRÉMIO DE INSTRUÇÃO E RECREIO GERAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2017:

Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e dezassete pelas quinze horas e trinta minutos reuniu extraordinariamente a Assembleia Geral do Grémio de Instrução e Recreio, no edifício da antiga escola pré-primária da Pampilhosa na Rua do Lagar em Pampilhosa. A reunião estava previamente marcada para as quinze horas, mas pelo motivo de não estar presente a maioria dos associados, teve início trinta minutos mais tarde, com a mesma ordem de trabalhos.

Estando presentes na sala vinte e oito associados, foi aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, Carlos Alberto da Costa Cabral que constatando que apenas se encontrava presente outro membro da Mesa da Assembleia Geral, o secretário Alberto Mano Lopes, solicitou aos associados que alguém se voluntariasse para completar o secretariado da Mesa, tendo a escolha recaído por consenso no associado Augusto Manuel Dias que tomou o lugar de segundo secretário.

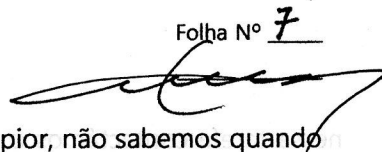
O Presidente passou então à leitura da convocatória da reunião enviada aos sócios e datada de onze do corrente mês, elaborada a pedido da direção nos termos do §1º do artº 5º dos estatutos sendo a seguinte a ordem de trabalhos: 1.- Comunicação da Direção relativa às obras de recuperação do edifício do Cineteatro, comportamento da empresa adjudicatária da obra, medidas tomadas e a tomar. 2.- Ratificação pela assembleia geral da cooptação do sócio nº 120 – André Nuno Bandeira e Maia para o cargo de vogal do Conselho Fiscal vago por falecimento do titular sócio nº 11 – Jorge B. S. Lindo.

Seguidamente, o Presidente da Mesa referindo o recente falecimento do associado e vogal do Conselho Fiscal, Jorge Barros da Silva Lindo, solicitou que em homenagem e à sua memória fosse guardado um minuto de silêncio, o que foi aceite e cumprido com todos os presentes de pé.

O Presidente da Mesa deu então início à apreciação do ponto um da ordem de trabalhos dando a palavra à Presidente da Direção, Ana Pires, que rapidamente procedeu à leitura e explicação detalhada de cada ponto do documento, titulado "Informação", datado de treze de Setembro que, com a convocatória desta reunião, foi enviado pela direção a todos os associados, e que a seguir se transcreve:-----

-----**INFORMAÇÃO**-----

É frequente dizer-se que "a esperança é a última morrer" e pode-se dizer que foi na esperança de ter boas notícias para dar que, sucessivamente, fomos adiando a presente comunicação. Todavia, passados nove meses sobre a eleição dos actuais Corpos Sociais do Grémio de



Instrução e Recreio, não só as notícias não são boas mas, o que é pior, não sabemos quando poderão ser diferentes, sobretudo continuamos sem saber quando poderemos anunciar a abertura ao público do cine-teatro.-----

Aqueles que estiveram na Assembleia Geral de 15 de Abril foram alertados para os problemas que então se colocavam, ficando cientes sobre as inesperadas e chocantes dificuldades com que nos defrontávamos. Mas, para que seja claro para todos, o que se tem vindo a passar, nada como fazer aqui um pequeno resumo dessas situações.-----

A Direcção que nos antecedeu foi dizendo, em sucessivas Assembleias Gerais, que a obra estava praticamente pronta. A corroborar essa informação existe ainda um ofício, de Agosto de 2016, dirigido à Comissão de Coordenação da Região Centro, a informar sobre conclusão da obra prevista até 31 de Dezembro de 2016.-----

A Comissão de Coordenação da Região Centro é o organismo da Administração Central a quem o Grémio apresentou uma candidatura, no sentido de obter financiamento para a obra. Essa candidatura foi aprovada sendo que alguns dos elementos do Caderno de Encargos não foram considerados elegíveis. Por outras palavras, significa isto que a empreitada (que responde ao Caderno de Encargos) não é integralmente coberta pelo financiamento estatal. Quando, finalmente, nos foi possível entrar no cine teatro e verificar o que faltava fazer, demos-nos com uma situação que não nos preocupou em demasia. Da componente da candidatura aprovada faltava, relativamente, pouco: pavimentos, alguma pintura, uma parte do ar condicionado, equipar as casas de banho... Nessa altura, ainda não sabíamos da existência do ofício de Agosto de 2016, do compromisso que tal significava e das consequências do seu incumprimento.-----

A parte de equipamento cénico (que integra a empreitada contratualizada com a Construcentro, mas que não foi considerada elegível em sede de candidatura) estava então a começar a ser negociada e instalada mas, dado o tal ofício de Agosto de 2016 a comunicar o término da parte contractualizada com o Estado em Dezembro de 2016, foi isso que nos preocupou mais, pois sem estar concluída essa componente da obra, não é possível assinar-se (pelo construtor e pelo dono da obra ou quem o represente) o Auto de Recepção Provisória. Sublinhe-se que este documento só pode ser assinado quando, efectivamente, estiverem concluídos os trabalhos a que diz respeito e só com esse documento o Estado poderá libertar a tranche final, no valor de 62.800 euros.-----

Tratava-se, pois, não só de conseguir o último pagamento do Estado, mas, sobretudo, de não colocar o Grémio numa situação muito gravosa de incumprimento, a qual poderá levar à situação de sermos obrigados a devolver os 355.000 euros que a obra do cine-teatro já recebeu do Estado. Demos conhecimento ao construtor deste problema, pedindo-lhe para acelerar essa componente da obra, enquanto nos íamos informando sobre as questões ligadas ao equipamento técnico.-----

Com efeito, a tecnologia ligada à iluminação e ao som tem tido avanços muito significativos e pretendíamos acautelar a qualidade e o preço do que estava em causa. Para nos ajudar

nessa tarefa contactámos o Eng^o João Aidos, um dos maiores especialistas em equipamento cénico, responsável por equipar estruturas como o Teatro Aveirense, o Convento de S. Francisco em Coimbra, o Centro de Artes de Águeda ou o Cine Teatro da Covilhã.-----

Quando o Eng^o João Aidos visitou a obra confirmou os nossos piores receios: o projecto apresentava (e apresenta) erros muito graves tais como:-----

- a principal conduta de ar condicionado entra no edifício na zona da caixa do palco, não só roubando espaço ao fundo de cena, como introduzindo ruído onde ele terá maior ressonância.-----
- junto à parte de trás do palco localizam-se várias casas de banho que não poderão ser utilizadas durante os espectáculos.-----
- o palco tem uma inclinação significativa, característica de outros tempos que, entretanto foi abandonada, pois, se encontra(va) alguma justificação em termos de teatro, inviabiliza ou compromete gravemente espectáculos quer de música, quer de dança.-----
- o palco é limitado por uma parede, do lado esquerdo, que não permite a existência da respectiva coxia, sendo muito diminuta a coxia do lado direito, o que significa que as "pernas" (os panos ao alto que delimitam as "saídas/entradas de cena") terão que avançar para o interior do palco diminuindo a sua área útil.-----
- o palco foi feito com uma madeira demasiadamente boa, muito rija, que compromete a sua utilização pois é muito frequente pregarem-se elementos do cenário às "tábuas".-----
- existe um passadiço ao longo do forro do tecto, por cima da sala, que não tem acesso do lado da régie, não estando prevista, desse lado, uma porta corta-fogo.-----
- os acessos à "teia" (estrutura que existe por cima do palco, onde se suspendem os cenários e se localiza muito do equipamento cénico) são muito precários, umas simples escadas móveis.-----
- a primeira vara, onde se suspendem os projectores está incorrectamente localizada de tal modo que, a manter-se a sua posição, um terço do palco não pode ser iluminado, ficando sem poder ser utilizado.-----
- a "régie" foi sobredimensionada inutilizando o grande salão que existia no 1^o andar, o que é tanto mais grave quanto a mesa de som tem que ficar fora, no balcão.-----
- o facto do palco ter sido aumentado e rebaixado fez com que do actual balcão a visibilidade ficasse muito comprometida, sendo muito poucos os lugares com boa visibilidade. -----
- a esta redução do número de lugares no balcão acresce o facto da sala principal só comportar 119 lugares, o que é chocante sabendo que o mesmo espaço comportava, na sua última definição, mais de 350 lugares.-----
- as escadas de acesso ao primeiro andar não têm guardas.-----
- o interior do cine-teatro foi pintado de branco, uma cor desadequada para uma sala de espectáculos.-----
- existem ainda outros problemas de projecto relativas ao mau aproveitamento do espaço e à falta de condições para lá se trabalhar (por exemplo, não existe uma sala para a direcção,

nem espaço de arquivo).-----

Num primeiro momento equacionámos a correcção de alguns destes problemas. Mas, como a burocracia é cega, fomos alertados para o facto de ser impossível modificar o projecto contemplado na candidatura. O que foi candidatado e está no projecto é o que tem de ser feito, pouco importando se se estão a fazer coisas certas ou erradas. Ir contra este princípio reforçaria a possibilidade de termos que devolver os tais 355.000 euros.---Entretanto o empreiteiro foi sucessivamente protelando a resolução de qualquer das situações a que urgia dar resposta: não só não fazia nada da parte contratualizada com o Estado, como demorou mais de dois meses até começar, efectivamente, a aceitar a colaboração do Engº João Aidos.- A Câmara Municipal acompanhou todo este processo de muito perto, não só através do Fiscal da Obra, Engº Rui Dias, funcionário municipal, como através do Sr. Presidente, Dr. Rui Marqueiro a quem fomos pondo ao corrente de tudo o que ia acontecendo, cabendo-nos salientar a sua disponibilidade e compreensão no acompanhamento destes problemas.-----

A partir de Fevereiro começámos a exigir que a Construcentro nos apresentasse um planeamento sobre o que faltava fazer. Depois de muito instados por nós a sucessiva apresentação de TRÊS propostas nesse sentido, revela o seu incumprimento e a falta de vontade em resolver o que tanto nos preocupa. -----

Na primeira proposta, a Construcentro apresentou um cronograma que previa para o prazo de 16 de Março a 12 de Abril a finalização dos trabalhos da candidatura contractualizada com o Estado. Como nada fizeram, houve uma segunda proposta apresentada para o período de 8 a 29 de Maio. A terceira proposta considerava o período de 9 de Julho a 25 de Agosto.---

A 13 de Setembro de 2017, data a que se escreve esta "Informação" verifica-se que ainda não é possível assinar o Auto de Recepção Provisória, embora algo tenha sido feito: o rés do chão já está pavimentado e o palco tratado, mas as casas de banho ainda estão incompletas, falta o pavimento do primeiro andar e os testes das redes instaladas.-----

A Assembleia Geral extraordinária realizada em Abril teve como única finalidade resolver o problema da diferença de áreas verificada entre a do projecto e aquela que estava registado na Conservatória do Registo Predial. Na verdade sem esse registo corrigido não era possível licenciar a obra. Quer isto dizer que a obra tem sido feita sem estar licenciada.-----

A Autoridade Nacional de Protecção Civil já fez um parecer favorável sobre o Projecto de Segurança contra Incêndios mas falta o parecer obrigatório da Inspecção Geral das Actividades Culturais (IGAC) e sem ele a Câmara Municipal da Mealhada não pode emitir o licenciamento. Sabemos que em Novembro de 2012 houve uma reunião em Lisboa sobre problemas detectados que inviabilizariam o parecer favorável do IGAC. Então o construtor terá ficado de apresentar um projecto de alterações que viabilizasse esse parecer. Do nosso conhecimento, não só não o fez como o próprio IGAC não fez o que lhe competia: dar conhecimento, por escrito, à Câmara dos seus óbices a um parecer favorável. -----

O número de reuniões com todas estas entidades, sobretudo com o engenheiro fiscal da obra, com o Senhor Presidente da Câmara, com a Construcentro, com o Engº João Aidos tem

ASSEMBLEIA GERAL

sido incontável. Ao nosso esforço de concretização da obra e de resolução dos problemas corresponde da parte do empreiteiro uma atitude que se mais parece um declarado boicote, cujas razões nos escapam por completo.-----

A obra foi adjudicada em 2008 com um prazo de execução de 365 dias. Quando, devido à crise, os pagamentos do Estado falharam, a Câmara Municipal, ciente da importância deste projecto para a Pampilhosa e para o concelho, sempre que solicitada, avançou com as verbas necessárias, podendo-se afirmar, sem sombra de dúvida, que o dinheiro nunca foi um problema ou um constrangimento. Da parte do Grémio sempre existiu uma vontade imensa de finalizar o processo. Passados todos estes anos, com os planeamentos, apresentados pela própria empresa construtora a serem sucessivamente desrespeitados, parece-nos claro quem é que não quer acabar a obra. A irracionalidade deste comportamento é algo que nos ultrapassa.-----

Pampilhosa, 13 de Setembro de 2017-----

Pela Direcção-----

Ana Pires-----

A Presidente da Direcção acrescentou que já após o envio da informação aos associados tiveram lugar importantes reuniões com entidades públicas como a Autoridade Nacional de Protecção Civil em Aveiro que se mostrou recetiva a alterações ao projeto da obra de modo a simplificar exigências de sistema de segurança previsto para salas de muito maior lotação do que para a nossa que não ultrapassará cento e cinquenta lugares. Também um elevador junto ao palco para atores com deficiência motora exigido pelos serviços técnicos da câmara municipal se mostra desnecessário perante a rampa existente do exterior para o nível do palco. Igualmente teve lugar em Lisboa outra reunião na Inspeção Geral das Atividades Culturais que se mostrou concordante e aberta a dar parecer favorável às alterações ao projeto já referidas. A presidente referiu que a direcção tem estado a ser assessorada pelo engenheiro João Aidos, seu amigo pessoal e técnico de reconhecida competência na construção e instalação de salas de espetáculos por todo o país, a última das quais a do Convento de São Francisco em Coimbra, que graciosamente se tem disponibilizado em deslocações à Pampilhosa e agora a Lisboa e que foi decidido ao nível da Direcção que passaria a assessorar os dirigentes da associação nas questões técnicas junto da câmara municipal, Autoridade Nacional de Protecção Civil, Direcção-Geral da Cultural e outras entidades. A Presidente da direcção, disse ainda, esperar que esta decisão seja ratificada pela assembleia geral e continuou referindo que está já a ser tratada a alteração ao projeto de arquitetura para se lhe seguirem as alterações aos projetos de eletricidade, de som e eventualmente de água e esgotos. Vão ser pequenas alterações que irão corrigir erros iniciais do projeto que causavam muito desconforto

à plena utilização da sala de espetáculos. No final há atualização de caderno de encargos com redução de custos financeiros pois até um elevador vai ser poupado além da eliminação de tanques exteriores para armazenar água uma vez que em situação de emergência existe a rede pública de água e o quartel dos Bombeiros Voluntários da Pampilhosa está a escassas centenas de metros. Todas estas questões poderiam ter sido analisadas anteriormente e a atual direção sentiu um desconforto muito grande quando começou a verificar a existência de deficiências que são evidentes.-----

Pedi a palavra o associado José Castelo Branco de Moura para dizer que sendo membro da anterior direção não lhe parecia correto que fossem feitas insinuações de falta de atenção e cuidado dos anteriores dirigentes que muito se esforçaram e quase concluíram as obras pois diziam que estariam concluídas até ao final do ano passado. Pensa até que faltava tão pouco para acabar a obra que se a obra tivesse sido entregue à Câmara Municipal da Mealhada hoje estaria concluída e em funcionamento.-----

O presidente da Mesa da Assembleia Geral usou da palavra esclarecendo que o associado José Castelo Branco Moura estaria equivocado pois nunca foi membro da direção anterior mas sim vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral. Disse ainda que é bom que se tenha em consideração que o projeto inicial da recuperação foi elaborado em mil novecentos e noventa e um ou noventa e dois a pedido da câmara municipal da Mealhada ao G.A.T. de Coimbra, entregue ao Grémio de Instrução e Recreio que fez a candidatura ao apoio da administração central do Estado em dois mil e três ou quatro e que durante todos estes anos houve inúmeras alterações legais para recintos de espetáculos que afetaram o projeto inicial -----

Seguidamente usou da palavra o vogal da direção Mário Fernando Carvalho, dirigindo-se ao associado José Castelo Branco Moura, disse que "ninguém atacou a anterior direção pois realmente os anteriores dirigentes não são super-homens mas os atuais também não são burros". A verdade é que foram detetados erros grosseiros que, por irem afetar o funcionamento futuro da sala de espetáculos, têm de ser eliminados.-----

O associado Francisco Dinis usou da palavra para dizer que lamenta tantos problemas e que ninguém afinal seja responsabilizado.-----

Usou a seguir da palavra o sócio Virgílio Cadete para dizer que conhecia alguns dos problemas mas que agora ainda ficava mais esclarecido pois houve falhas e não se diz de quem. Afirmou ainda que a atual direção tem coragem para estar a corrigir muito do que está mal e pode ainda ser corrigido.-----

Pediu a palavra o vice-presidente da direção, Mário Rui Cunha para dizer que em dois mil e catorze se apercebeu que a associação pura e simplesmente não funcionava e que nessa altura se envolveu para angariar mais associados ato que manifestamente a direção na altura em funções não gostou. Mas o ano de dois mil e dezasseis foi decisivo pois a direção entendeu entregar o edifício à câmara municipal o que era contra a essência do Grémio de Instrução e Recreio chegando a preparar um estranho protocolo para o efeito. Hoje já existe um protocolo de cooperação entre a associação e a câmara municipal mantendo-se o edifício na posse da associação.-----

A associada Maria Celeste Abreu Mano pediu a palavra para apelar que não seja denegrada a direção anterior que fez o melhor que sabia e lhe foi possível e por isso devem essas pessoas ser respeitadas.-----

O associado António Costa usou da palavra para afirmar que o passado só interessa para projetar o futuro, mas há erros graves que afetarão o futuro como o caso da lotação da plateia ser apenas de cento e dezanove lugares.-----

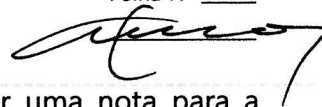
O vogal da direção, Mário Fernando Carvalho usou da palavra para referir que quem trouxe a questão da direção anterior foi o associado José Castelo Branco Moura e não a atual direção. O associado José Castelo Branco Moura retorquiu que esteve presente nesta reunião no sentido de preservar o bem dos pampilhosenses e que só opinou sobre o protocolo com a câmara municipal uma vez que na sua opinião agora os pampilhosenses não estão melhor pois se o edifício estivesse a cargo da autarquia tem a certeza que as obras já estariam há muito concluídas.----Interveio de seguida o sócio Virgílio Cadete para reafirmar que apenas todos queremos que as obras sejam convenientemente acabadas, com os erros corrigidos desde que seja ainda possível corrigi-los e não para atirar para cima da anterior ou desta direção. Compete a esta assembleia ratificar as decisões e dar um voto de confiança e louvor à atual direção pelo trabalho que tem desenvolvido e é isso mesmo que propõe à mesa.---

A presidente da direção, Ana Pires pediu a palavra para dizer que está convencida de que apesar de serem realizadas pequenas obras de alteração e deixarem de ser executadas outras, em termos financeiros a despesa a mais e a menos ficará equilibrada sem custos adicionais de relevo. Aliás, referiu, a questão financeira nunca foi problema pois o empreiteiro foi sempre pago a tempo e horas.-----

O presidente do Conselho Fiscal, Fernando Marinheiro pediu a palavra para referir que apoia a direção e que sente pessoalmente que falhou este projeto que é público, apesar do muito trabalho desta direção mas que tal acontece por causa do empreiteiro da obra que nunca cumpriu o que tem prometido.-----

ASSEMBLEIA GERAL

Folha Nº 10



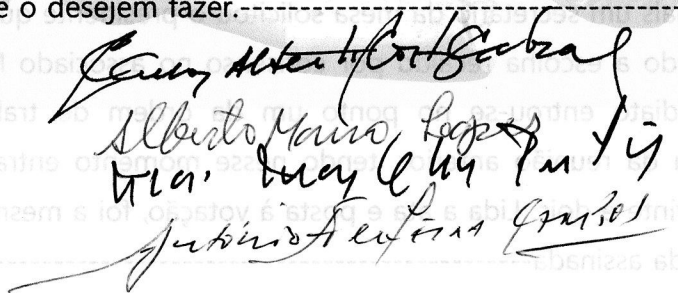
O vogal da direção, José António da Silva interveio para deixar uma nota para a circunstância desta direção ter pedido apoio de assessoria técnica a pessoas de grande qualidade.-----

Seguidamente o presidente da mesa da assembleia pôs à consideração a proposta do associado Virgílio Cadete de um voto de ratificação e confiança e louvor à direção pelo trabalho que está a desenvolver. Como não houve inscrições para uso da palavra passou logo de seguida à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria sem votos contra e com seis abstenções sendo cinco de membros da própria direção.---

Logo de seguida, o presidente da mesa passou ao segundo ponto da ordem de trabalhos, explicando que dado o falecimento do vogal do Conselho Fiscal sócio nº11- Jorge Barros da Silva Lindo, uma vez que as listas eleitorais não incluem suplentes a direção cooptou para preencher a vaga, o sócio nº 120 – André Nuno Bandeira e Maia, que agora tem de ser submetido à ratificação da assembleia.-----

Usou depois da palavra a presidente da direção, Ana Pires que sumariamente explicou que a escolha recaiu no sócio André Maia por ser um jovem e saber bem trabalhar em informática o que vai permitir manter sempre atualizada a página do Grémio de Instrução e Recreio na Internet. Submetida à votação dos presentes foi aprovada a cooptação por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar da ordem de trabalhos, o presidente da mesa, comunicou à assembleia que caso entendessem solicitar mais alguma informação o poderiam fazer. Como não houve inscrições deu por terminada esta reunião extraordinária da Assembleia Geral do Grémio de Instrução e Recreio da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da mesa e pelos associados que o desejem fazer.-----



Alberto Moura Lopes

Ana Pires

António da Silva